

JULGAMENTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O ATIVO INTANGÍVEL: UM ESTUDO
SOBRE A QUALIDADE DA AUDITORIA EM CLUBES DE FUTEBOL DO BRASIL

**JUDGMENT OF INDEPENDENT AUDITORS ABOUT INTAGINBLE ASSETS: A STUDY ABOUT AUDIT QUALITY OF
BRAZILLIAN FOOTBALL CLUBS**

Recebido em 13.01.2015 | Aceite final em 18.06.2016 |

Nota: este artigo foi aceito pelo Editor Jorge Eduardo Scarpin e passou por uma avaliação *double blind review*
A reprodução dos artigos, total ou parcial, pode ser feita desde que citada a fonte.

Rosana Cristina da Silva

Graduada em Ciências Contábeis | Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
Rua Adeodato José dos Reis, 50 – Nova Parnamirim. Parnamirim, RN | (84) 9810-
9156 | rosanacris@gmail.com

Felipe da Silva Moreira

Graduado em Ciências Contábeis | Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
Rua Atalaia, 25 – Neópolis. Natal, RN | (84) 9970-9754 | fsmoreira18@gmail.com

José Emerson Firmino

Doutorando em Contabilidade | Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
Rua Estrela do Mar, 222 – Nova Parnamirim. Parnamirim, RN | (84) 9993-0050 |
emersonfirmino@me.com

Jaspe Padilha Miranda

Graduando em Ciências Contábeis | Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
Rua dos Caicós 2112 – Dix Sept Rosado. Natal, RN | (84) 9609-7488 |
jaspemiranda@hotmail.com

José Dionísio Gomes da Silva

Doutor em Controladoria e Contabilidade | Universidade Federal do Rio Grande do
Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Contábeis -

Campus Universitário Central - Lagoa Nova. Natal, RN | (84) 3215-3464 | dionisio@ufrnet.br

RESUMO

O mercado brasileiro dos clubes de futebol superou R\$ 2,18 bilhões de receitas em 2010, evolução de 13,4% em relação ao ano anterior e 171% nos últimos 8 anos. No exercício 2011, o volume das receitas geradas atingiu a marca de R\$ 2,7 bilhões. Os direitos federativos dos jogadores profissionais, os custos de atletas em formação e o seu uso comercial da imagem, devem ser classificados como ativos intangíveis de acordo com a resolução do CFC N.º 1.429/13. Esses ativos são um dos principais influenciadores na geração de riqueza dos clubes, assim faz-se necessário um disclosure preciso e oportuno nas demonstrações contábeis para reduzir a perspectiva dos usuários da informação num possível gerenciamento de resultado. A auditoria independente como um dos responsáveis pela redução da assimetria informacional apresenta um papel relevante nesse cenário. Desta forma a pesquisa busca identificar a qualidade da opinião no Relatório dos Auditores, tendo como problema: existe qualidade na opinião emitida pelo auditor independente sobre as demonstrações contábeis dos clubes brasileiros, tendo como critério técnico a obrigatoriedade de divulgação do ativo intangível? A pesquisa foi realizada através dos relatórios dos auditores e demonstrações contábeis dos Clubes Brasileiros. A população compreendeu 24 Clubes de Futebol brasileiro nos anos de 2010 e 2011. Os resultados demonstram a não existência de qualidade de auditoria na opinião emitida, tendo como critério técnico de julgamento a divulgação do ativo intangível, considerando o baixo disclosure evidenciado e a não citação de modificação do auditor independente em seu relatório.

Palavras-chave: Auditoria de Qualidade; Ativo intangível; Clubes de Futebol.

ABSTRACT

The Brazilian market of football clubs exceeded R\$ 2.18 billion in revenue in 2010, evolution of 13.4% over the previous year and 171% in the last 8 years. In 2011, the amount of revenue produced was R\$ 2.7 billion. Federative rights of professional players, athletes in training costs and their commercial use of the image should be classified as intangible assets

according to the CFC resolution No. 1,429/13. These assets are one of the top wealth makers of clubs, so it is necessary accurate disclosure in the financial statements to reduce a possible result management from the user's perspective of the information given. The independent audit as one of those responsible for the reduction of informational asymmetry has a relevant role in this scenario. In this way, the research seeks to identify the quality of feedback in the Auditor's report, with the problem: is there quality in the opinion given by the independent auditor on the financial statements of the Brazilian clubs, having as technical criteria mandating disclosure of intangible assets? The survey was conducted through the reports of the Auditors and financial statements of the Brazilian Clubs. The population studied 24 Brazilian football clubs in the years 2010 and 2011. The results demonstrate the non-existence of audit quality in the opinion given, with technical criterion of judgment the disclosure of intangible assets, whereas the lower disclosure evidenced and no mention of modification of the independent auditor in their report.

Keywords: Audit Quality. Intangible Assets. Football Clubs.

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas relacionadas aos clubes de futebol estão sendo cada vez mais discutidas no intuito de contribuir com a literatura contábil, com os demais usuários da informação e os próprios clubes de futebol. No entanto, percebe-se que pouco se discute sobre o posicionamento dos auditores independentes frente ao processo evolutivo que vem sendo visualizado no cenário atual dessas entidades desportivas. Outro ponto de discussão é de como as informações econômico-financeiras estão sendo divulgadas pelos clubes de futebol, como está sendo absorvido pela sociedade e qual o comportamento do auditor independente na emissão do seu relatório. Ou seja, por trás da obrigatoriedade originada pela Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé) existe diversos aspectos que podem ser explorados em busca de verificar o cenário atual dos negócios para as entidades desportivas profissionais.

Os atletas dos clubes de futebol representam um dos principais ativos da entidade, visto que a expectativa de conquistar novos títulos e conseguir uma importante fonte de receita está relacionada com eles. Nesse contexto, um fator relevante no processo de avaliação sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis está relacionado ao atleta e sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros. Dessa maneira, o intangível representa um importante indicador de desempenho e fundamental na avaliação dos usuários da informação contábil. Os clubes de futebol movimentam uma grande quantidade de recursos em maior proporção gerada pelos intangíveis representados por atletas e marcas (SILVA E CARVALHO, 2009).

Os clubes de futebol estão atravessando um processo de modernização de sua gestão e dentro desse aspecto, observa-se que a participação econômica dessas entidades vem se mostrando mais significativa. Estudos mais recentes apontam que as receitas do mercado brasileiro de futebol atingiram um montante de R\$ 2,7 bilhões em 2011. O valor da marca dos 17 clubes mais ricos do Brasil gira em torno de R\$ 5,38 bilhões em 2012, representando um aumento de 24% em relação a 2011 (BDO, 2012). Nesse mesmo sentido Somoggi (2013) revela que o cenário brasileiro dos clubes de futebol cresceram cerca de 30% entre 2003 e 2007 e receitas previstas em R\$ 2,9 bilhões.

Os usuários da informação precisam de indicadores de que os relatórios contábeis não possuem gerenciamento de resultado e/ou assimetria informacional. Neste cenário, a auditoria independente entra como um desses possíveis sinalizadores, e o disclosure pode ser utilizado para avaliar o serviço desses auditores e indicador de gerenciamento de resultado (LOBO e ZHOU, 2001).

O trabalho dos auditores independentes está associado ao propósito de assegurar a confiabilidade do processo de divulgação das demonstrações financeiras e dessa forma é possível afirmar que a confiabilidade da informação depende da qualidade do seu trabalho (DANTAS, 2012).

No processo de divulgação das informações financeiras, o auditor independente assume a responsabilidade de reduzir a assimetria da informação e garantir maior confiabilidade para os usuários. No entanto, após alguns escândalos corporativos tais como Enron, WorldCom, Adelphia, Global Crossing, Parmalat, Lucent, Bancos Nacional e PanAmericano que envolveram algumas das grandes empresas de auditoria (Big Four) aflora o questionamento sobre a qualidade da auditoria e o alcance da responsabilidade dos auditores e seu ceticismo profissional, visto que não conseguiram identificar tais problemas ou não fizeram menção de tal situação em seu relatório.

Em estudo realizado internacionalmente, Carlin, Finch e Laili (2009) buscaram analisar a qualidade da auditoria e a uniformidade dos relatórios dos auditores sobre a redução ao valor recuperável de ativos em empresas listadas na Bolsa da Malásia. Em consonância com essa pesquisa, Firmino, Damascena e Paulo (2010) verificou que não há qualidade uniforme no relatório dos auditores independentes sobre as empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo do setor de telecomunicações com base no critério técnico de julgamento a avaliação do valor recuperável dos ativos.

No entanto, observa-se ausência de pesquisas que abordam a qualidade de auditoria sobre o prisma das demonstrações financeiras dos clubes de futebol, seja no cenário brasileiro ou internacional.

Diante do exposto a pesquisa apresenta a seguinte problemática: **existe qualidade na opinião emitida pelo auditor independente sobre as demonstrações contábeis dos clubes brasileiros de futebol tendo como critério técnico a obrigatoriedade de divulgação do ativo intangível?** A pesquisa tem como objetivo analisar a existência da qualidade de auditoria na opinião emitida pelos auditores independentes acerca das demonstrações financeiras dos clubes brasileiros de futebol através da análise dos itens obrigatórios de divulgação do ativo intangível.

Em seguida são expostas as considerações teóricas para a qualidade de auditoria, disclosure e ativo intangível. Propõe-se a metodologia utilizada na pesquisa, as evidências obtidas através das análises e dos resultados. Por fim, são demonstradas as considerações finais abordando as principais conclusões obtidas no estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO

2.1 *Qualidade da Auditoria*

Pesquisas relacionadas à qualidade de auditoria no mundo tem sido cada vez mais discutidas, principalmente em virtude de escândalos corporativos envolvendo grandes companhias como a Enron e Arthur Andersen, até então grande firma de auditoria enquadrada no rol das empresas denominadas Big Five. Alguns estudos internacionais como os de Hogan (1997); Palmrose (1998); Krishnan (2003); e Kallapur, Sankaraguruswamy e Zang (2010) buscaram avaliar o aspecto da qualidade de auditoria. No Brasil as pesquisas desenvolvidas por Azevedo e Costa (2008), Almeida e Almeida (2009) e Martinez e Reis (2010) também buscaram verificar as situações envolvendo a qualidade da auditoria sobre as demonstrações contábeis. Entretanto, observa-se que dentre esses

estudos não é constatado algo que aborde a qualidade de auditoria sobre os clubes de futebol e a opinião do auditor sobre essas entidades.

Perry (1984) já tratava aspectos relacionados a auditoria da qualidade como sendo fatores relacionados a Limitação de Escopo; Incompetência profissional; Auditoria por conversação; avaliação das transações sem análise crítica; e ausência de objetividade e ceticismo profissional.

Dechow, Sloan e Hutton (1996) e Klein (2002) mostram que a detecção de fraude é um dos fatores que influenciam a qualidade de auditoria e revelam que os auditores estão mais propensos a detectar problemas contábeis, assim como foi verificado que accruals anormais são menores, ou seja, menor gerenciamento de resultado, quando o conselho administrativo é mais independente. Dessa forma, sugere-se que a auditoria quanto mais independente reduz o gerenciamento de resultados.

Pesquisa desenvolvida por Carlin, Finch e Laili (2009) buscou analisar a qualidade da auditoria e a uniformidade dos relatórios dos auditores sobre a redução ao valor recuperável de ativos em empresas listadas na Bolsa da Malásia, verificando que as empresas denominadas Big Four não apresentaram qualidade até mesmo em requisitos básicos da estrutura de divulgação do teste de recuperabilidade.

Firmino, Damascena e Paulo (2010) realizaram pesquisa semelhante analisando a qualidade da auditoria nas companhias de telecomunicações listadas na bolsa de valores brasileira, observando o critério de julgamento técnico à adoção dos requisitos para avaliar o teste de recuperabilidade de ativos, chegando a conclusão de que não é permitido avaliar qualidade uniforme nas empresas de auditoria, de forma geral, denominadas Big Four.

Nesse sentido, Damascena, Firmino e Paulo (2011) afirmam que as empresas de auditoria denominadas Big Four são predominantes nas companhias abertas brasileiras através de análise no setor de telecomunicações. Moreira e Firmino (2012) evidenciam que o tipo de opinião mais comum nessas empresas é a opinião sem ressalva.

Segundo Manita (2009) o processo de auditoria se caracteriza como um processo complexo e sem observância por parte de terceiros. Ainda de acordo com o autor o relatório dos auditores independentes de maneira padronizada e com poucas possibilidades de diferenciação dificulta o processo de análise do que seria uma auditoria de qualidade.

2.2 *Disclosure e Ativo Intangível*

O nível de disclosure dos clubes de futebol permite avaliar se a omissão de determinados itens relevantes, obrigatórios e necessários para a avaliação das informações contábeis foram citados pelos auditores independentes. A avaliação da qualidade da auditoria vem sendo questionada, principalmente em virtude de escândalos financeiros ocorridos nos últimos anos, onde as situações encontradas não foram divulgadas pelos auditores em seus relatórios.

Para Hendriksen e Breda (1999, p.387):

“ativos intangíveis são ativos que carecem de substância. Como tais, esses ativos devem ser reconhecidos sempre que preenchem os requisitos de reconhecimento de todo e qualquer ativo, ou seja, devem atender à definição de um ativo, devem ser mensuráveis e devem ser relevantes e precisos”.

A resolução n.º 1.303/10 do CFC aprovou a NBC TG 04 – Ativo Intangível e o define como: “ativo não monetário identificável sem substância física”.

Ludícibus et al (2010) afirmam que os direitos federativos, antigos “passes”, representam o principal ativo de um clube de futebol, e por natureza classificam-se como ativos intangíveis, além das marcas. Nesse contexto, os autores inserem a importância de uma gestão transparente dos clubes de futebol, a qual deve evitar problemas de endividamento excessivo, falta de controle financeiro e práticas inadequadas de governança corporativa.

Bastos, Pereira e Tostes (2006) verificaram ausência de uniformidade na apresentação das demonstrações financeiras dos clubes de futebol do Brasil. Nessa perspectiva, Custódio e Rezende (2009) corroboram no sentido de que os clubes brasileiros não cumprem com as exigências normativas quanto a divulgação de determinados itens, afetando no processo de transparência das informações.

Cardoso, Maia e Ponte (2012) investigaram as práticas adotadas entre clubes de futebol brasileiro e estrangeiro sobre o nível de disclosure dos ativos intangíveis, verificando uma diferença estatisticamente significativa acerca dos níveis de disclosure dos dois grupos, observando uma menor transparência nas demonstrações contábeis dos clubes brasileiros.

Leite e Pinheiro (2012) verificaram após a entrada em vigor do CPC 04 quais as variáveis que influenciam o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiro, os resultados mostraram que quanto maior a receita e melhor o desempenho no campeonato, ambas influenciam positivamente o nível de divulgação do intangível, e já a variável representatividade do intangível não mostrou nenhuma relação quanto ao nível de divulgação do mesmo nas demonstrações contábeis. A pesquisa conflita com as citações anteriores, onde elas demonstram baixo nível de evidenciação.

Pesquisa realizada por Cunha (2009) buscou apurar o grau de cumprimentos dos clubes europeus quanto à divulgação do seu ativo intangível, os resultados mostraram que clubes menos rentáveis, com maiores receitas e que não participam de competições organizadas pela UEFA (Union of European Football Associations) cumprem mais os requisitos de divulgação do ativo intangível.

3 METODOLOGIA

A ausência de estudos e pesquisas sobre qualidade de auditoria no que se refere as demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiro reporta a esta pesquisa, quanto ao seu objetivo, característica exploratória, onde, ratificando a essa situação, Beuren e Raupp (2006) afirma que esse tipo de pesquisa é quando existe pouco conhecimento acerca do assunto discutido.

No que diz respeito aos procedimentos, a pesquisa tem natureza bibliográfica, pelo fato de que para o desenvolvimento do estudo foram necessários análises em livros e artigos que abordam o tema em questão e documental, utilizando-se de materiais que ainda não receberam tratamento, como relatório dos auditores independentes dos clubes de futebol, demonstrações contábeis e notas explicativas. (GIL, 2009).

A abordagem do problema de pesquisa é de caráter qualitativo, visto que foram analisados os relatórios dos auditores independentes, e o nível de disclosure das demonstrações contábeis dos clubes de futebol acerca do ativo intangível. Para a análise foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que conforme Richardson (2008) é “utilizada para estudar material de tipo qualitativo. Portanto, deve-se fazer uma primeira leitura para organizar as ideias incluídas para, posteriormente, analisar os elementos e as regras que as determinam”. A pesquisa organizou as informações obtidas dos demonstrativos dos clubes em planilha (Excel), verificando o nível de disclosure do ativo intangível, a omissão ou não de itens que geram efeito relevante, e, por fim, o relatório dos auditores independentes.

Para extrair o nível de evidenciação utilizou-se um indicador de disclosure, obtido pela aplicação de uma métrica aos 24 Clubes de Futebol do Brasil da Primeira Divisão nos anos de 2010 e 2011, que representam o ano de implementação completa às IFRS. No entanto, dos clubes selecionados para análise dos relatórios dos auditores independentes, alguns não apresentaram suas demonstrações contábeis no site oficial do clube (como exige a legislação específica) ou em outros sítios de internet e/ou não divulgaram o relatório dos auditores independentes.

Dessa forma a população da pesquisa compreende a 48 demonstrações contábeis dos clubes relacionados (referente a 24 clubes de 2010 e 2011), no entanto, em virtude da não apresentação das demonstrações por alguns clubes, obteve-se a amostra de 36 relatórios financeiros observados.

A Tabela 1 contempla essas informações, evidenciando os clubes selecionados e quais foram excluídos da análise.

Tabela 1 – Relação dos Clubes de Futebol do Campeonato Brasileiro Série A 2010 e 2011

Clube	UF	País	Apresentou Demonstrações Contábeis?		Apresentou Relatório dos Auditores Independentes?	
			2010	2011	2010	2011
AMÉRICA Futebol Clube	MG	Brasil	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
ATLÉTICO Clube GOIANIENSE	GO	Brasil	SIM	SIM	SIM	NÃO
Clube ATLÉTICO MINEIRO	MG	Brasil	SIM	SIM	SIM	SIM
Clube ATLÉTICO PARANAENSE	PR	Brasil	SIM	SIM	SIM	SIM
AVAI Futebol Clube	SC	Brasil	SIM	SIM	SIM	SIM
Esporte Clube BAHIA	BA	Brasil	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Barueri/Grêmio Barueri/GRÊMIO PRUDENTE	SP	Brasil	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
BOTAFOGO de Futebol e Regatas	RJ	Brasil	SIM	SIM	SIM	SIM
CEARÁ Sporting Clube	CE	Brasil	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Sport Club CORINTHIANS Paulista	SP	Brasil	SIM	SIM	SIM	SIM
CORITIBA Foot Ball Club	PR	Brasil	SIM	SIM	SIM	SIM
CRUZEIRO Esporte Clube	MG	Brasil	SIM	SIM	SIM	SIM
FIGUEIRENSE Futebol Clube	SC	Brasil	SIM	SIM	NÃO	SIM
Clube de Regatas do FLAMENGO	RJ	Brasil	SIM	SIM	SIM	SIM
FLUMINENSE Football Club	RJ	Brasil	SIM	SIM	SIM	SIM
GOIÁS Esporte Clube	GO	Brasil	SIM	NÃO	SIM	NÃO
GRÊMIO Foot Ball Porto Alegrense	RS	Brasil	SIM	SIM	SIM	SIM
GUARANI Futebol Clube	SP	Brasil	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Sport Club INTERNACIONAL	RS	Brasil	SIM	SIM	SIM	SIM
Sociedade Esportiva PALMEIRAS	SP	Brasil	SIM	SIM	SIM	SIM
SANTOS Futebol Clube	SP	Brasil	SIM	SIM	SIM	SIM
SÃO PAULO Futebol Clube	SP	Brasil	SIM	SIM	SIM	SIM
Club de Regatas VASCO DA GAMA	RJ	Brasil	SIM	SIM	SIM	SIM
Esporte Clube VITÓRIA	BA	Brasil	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: própria, 2013.

Selecionou-se para análise os itens obrigatórios de divulgação nas demonstrações contábeis em busca de verificar se é aplicável ou não e se o clube o divulgou. Na pesquisa visualizou-se os itens obrigatórios de divulgação conforme a resolução CFC 1.303/10 e se o item foi divulgado em nota explicativa (“Sim”), não foi divulgado nas demonstrações contábeis (“Não”) ou o item não se aplica para o clube (“N/A”). Na verificação do nível de disclosure foi calculado o total de itens divulgados em relação ao total de itens aplicáveis. No Quadro 1 a seguir são demonstrados os itens analisados na aplicação da métrica:

Quadro 1 – Itens de Divulgação do Ativo Intangível analisados

118- A entidade deve divulgar para cada classe de ativos intangíveis:
a) distinção entre intangíveis gerados internamente e outros intangíveis;
b) distinção entre intangíveis com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas;
c) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;
d) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada no início e no final do período;
e) as perdas acumuladas no valor recuperável no início e no final do período;
f) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;
g) a conciliação do valor contábil no início e no final do período.
A entidade deve demonstrar na conciliação do valor contábil no início e no final do período:
f.i) as adições;
f.ii) as adições, indicando separadamente as geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de combinação de negócios;
f.iii) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda;
f.iv) aumento ou reduções durante o período, decorrentes de reavaliações e perda por desvalorização de ativos reconhecida ou revertida diretamente no PL;
f.v) provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado do período;
f.vi) reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período;
f.vii) qualquer amortização reconhecida no período;
f.viii) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade;
f.ix) outras alterações no valor contábil durante o período.
119- As classes de ativos intangíveis devem ser separadas (agregadas) em classes menores (maiores) se isso resultar em informação mais relevante para os usuários das demonstrações contábeis.
120- A entidade deve divulgar informações sobre ativos intangíveis que perderam o seu valor em função da redução ao valor recuperável de ativos.
122- A entidade também deve divulgar:
a) o valor contábil dos ativos intangíveis avaliados contendo vida útil indefinida;
b) os motivos e fatores importantes que fundamentam a avaliação dos ativos intangíveis avaliados como tendo vida útil indefinida;
c) a descrição de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade;
d) o valor contábil de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade;
e) o prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade;
f) em relação a ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais e inicialmente reconhecidos ao valor justo:
f.i) o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos;
f.ii) o valor contábil;
f.iii) se são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou de reavaliação;
g) a existência e os valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita e os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações;
h) o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis.
126 e 127- A entidade deve divulgar o total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período.

Fonte: própria, 2013.

A seguir são demonstrados os principais resultados e análises encontradas no desenvolvimento da pesquisa e informações que permitem respaldar as conclusões obtidas no trabalho.

4 RESULTADOS E ANÁLISE

Inicialmente, é possível observar que os clubes brasileiros são obrigados a divulgar suas demonstrações contábeis com o respectivo relatório dos auditores independente conforme artigo 46-A da Lei nº 9.615/98. Verifica-se que do total de clubes selecionados na pesquisa (24 clubes) apenas 83% divulgaram suas demonstrações contábeis em 2010 e 75% em 2011. Dessa forma apresenta-se contrariedade aos dispositivos legais por parte dos principais clubes do país. A proposição corrobora com as evidências de Custódio e Rezende (2009) que afirmam o não cumprimento dos clubes de futebol às exigências normativas.

Na análise das empresas de auditoria independente observa-se que os clubes de futebol, em sua maioria, não são auditados por empresas denominadas Big Four. Dos clubes selecionados para análise, apenas o Santos Futebol Clube/SP é auditado por uma (Ernst Young). Entre os aspectos para estudo da qualidade de auditoria foram verificados as notas explicativas e divulgação dos itens evidenciados no Quadro 1 anteriormente citado e o relatório dos Auditores Independentes. A exposição revela que o mercado de auditoria nos clubes de futebol do Brasil apresenta comportamento diferente, referente a concentração das Big Four, das observações de Damascena, Firmino e Paulo (2011).

Na Tabela 2 são expostos os níveis de evidenciação obtidos no anos de 2010 demonstrando o total de itens divulgados e não divulgados.

Tabela 2 – Nível de Disclosure 2010

Clubes Analisados	Total de		Total de Itens	
	Itens Divulgados	%	Não Divulgados	%
ATLÉTICO Clube GOIANIENSE	0	0%	0	0%
Clube ATLÉTICO MINEIRO	5	31%	11	69%
Clube ATLÉTICO PARANAENSE	2	13%	14	88%
AVAI Futebol Clube	2	13%	14	88%
BOTAFOGO de Futebol e Regatas	9	56%	7	44%
Sport Club CORINTHIANS Paulista	6	38%	10	63%
CORITIBA Foot Ball Club	4	25%	12	75%
CRUZEIRO Esporte Clube	4	25%	12	75%
FIGUEIRENSE Futebol Clube	6	38%	10	63%
Clube de Regatas do FLAMENGO	3	19%	13	81%
FLUMINENSE Football Club	5	31%	11	69%
GOIÁS Esporte Clube	0	0%	0	0%
GRÊMIO Foot Ball Porto Alegrense	6	38%	11	69%
GUARANI Futebol Clube	0	0%	0	0%
Sport Club INTERNACIONAL	5	31%	11	69%
Sociedade Esportiva PALMEIRAS	0	0%	16	100%
SANTOS Futebol Clube	7	44%	9	56%
SÃO PAULO Futebol Clube	7	44%	9	56%
Club de Regatas VASCO DA GAMA	0	0%	0	0%
Esporte Clube VITÓRIA	0	0%	0	0%

Total	71	170
--------------	-----------	------------

Fonte: própria, 2013

Os resultados encontrados corroboram com as pesquisas desenvolvidas por Bastos, Pereira e Tostes (2006), Custódio e Rezende (2009), e Cardoso, Maia e Ponte (2012) na afirmação de que o nível de disclosure por parte dos clubes de futebol é relativamente baixo. Contrariando os resultados da pesquisa de Leite e Pinheiro (2012), que considera relação direta do aumento das receitas com o maior nível de divulgação.

Na Tabela 3 é evidenciado o montante de recursos aplicados nos clubes de futebol, no qual é possível observar que o nível de disclosure tem baixa representação aos principais itens das demonstrações contábeis.

Tabela 3 – Itens monetários dos Clubes Brasileiros em 2010 (Valores em R\$ mil)

Clube	Ativo Total	Receita Total	Investimentos	Imobilizado	Intangível
ATLÉTICO Clube GOIANIENSE	20.995	Não Disp.	3.582	17.338	0
Clube ATLÉTICO MINEIRO	672.973	93.290	434.968	202.203	16.325
Clube ATLÉTICO PARANAENSE	189.079	44.700	0	137.897	4.077
AVAÍ Futebol Clube	36.330	31.987	0	34.500	463
BOTAFOGO de Futebol e Regatas	93.220	52.699	61	40.696	22.589
Sport Club CORINTHIANS Paulista	430.591	177.670	0	167.710	16.370
CORITIBA Foot Ball Club	61.000	30.696	300	45.743	5.448
CRUZEIRO Esporte Clube	230.985	101.391	0	73.140	52.744
Clube de Regatas do FLAMENGO	357.786	128.558	0	201.445	33.118
FLUMINENSE Football Club	346.950	76.822	46	326.290	6.831
GOIÁS Esporte Clube	17.208	30.363	0	11.078	0
GRÊMIO Foot Ball Porto Alegrense	202.052	103.203	60	121.281	63.588
GUARANI Futebol Clube	73.895	22.033	0	73.398	0
Sport Club INTERNACIONAL	661.171	145.344	0	547.569	37.002
Sociedade Esportiva PALMEIRAS	199.885	121.139	0	124.590	46.100
SANTOS Futebol Clube	146.365	115.508	0	53.332	32.587
SÃO PAULO Futebol Clube	395.323	194.708	0	269.804	55.335
Club de Regatas VASCO DA GAMA	222.842	83.558	0	108.782	0
Esporte Clube VITÓRIA	50.297	42.136	2.157	20.093	0
TOTAL	4.408.948	1.595.806	441.174	2.576.890	392.578

Fonte: própria, 2013.

Diante da Tabela 3, verifica-se que os clubes Atlético Goianiense, Goiás Esporte Clube, Guarani Futebol Clube, Vasco da Gama e Esporte Clube Vitória não apresentaram saldos para o grupo de ativos intangíveis.

Na Tabela 4, é possível observar o tipo de opinião encontrada nos relatórios dos auditores independentes nos clubes de futebol brasileiro e os possíveis efeitos das omissões de divulgação de itens importantes nas demonstrações.

Tabela 4 – Opinião, Efeito na Opinião e Empresa de Auditoria – 2010

Clube	Tipo de Parecer Emitido	Houve Situações não Divulgadas com efeito na Opinião do Auditor?	Empresa de Auditoria
-------	-------------------------	--	----------------------

ATLÉTICO Clube GOIANIENSE	Sem Ressalva	Sim	Ética Consultoria Auditoria Planejamento e Projetos
Clube ATLÉTICO MINEIRO	Sem Ressalva	Sim	Soltz, Mattoso & Mendes Auditores Independentes
Clube ATLÉTICO PARANAENSE	Com Ressalva	Sim	Parker Randall - Auditores Independentes
AVAÍ Futebol Clube	Sem Ressalva	Sim	AUDIBANCO - Auditores Independentes SS
BOTAFOGO de Futebol e Regatas	Com Ressalva	Sim	Parker Randall - Auditores Independentes
Sport Club CORINTHIANS Paulista	Sem Ressalva	Sim	BDO Trevisan Auditores Independentes
CORITIBA Foot Ball Club	Com Ressalva	Sim	AXCEL Auditores E Consultores
CRUZEIRO Esporte Clube	Sem Ressalva	Sim	Sem Empresa de Auditoria
Clube de Regatas do FLAMENGO	Com Ressalva	Sim	Loudon Blomquist - Auditores Independentes
FLUMINENSE Football Club	Com Ressalva	Sim	Parker Randall - Auditores Independentes
GOIÁS Esporte Clube	Com Ressalva	Sim	Floresta Auditores Independentes SS
GRÊMIO Foot Ball Porto Alegre	Com Ressalva	Sim	BDO Auditores Independentes
GUARANI Futebol Clube	Com Ressalva	Sim	Higuchi & Assurance PC SS Auditoria Independente
Sport Club INTERNACIONAL	Com Ressalva	Sim	SAWERYN & Associados S/S
Sociedade Esportiva PALMEIRAS	Adverso	Sim	Granth Thorton
SANTOS Futebol Clube	Sem Ressalva	Sim	Ernest & Young Terco
SÃO PAULO Futebol Clube	Sem Ressalva	Sim	BC Control Auditores Independentes S/S
Club de Regatas VASCO DA GAMA	Com Ressalva	Sim	PSContax e Associados
Esporte Clube VITÓRIA	Sem Ressalva	Sim	IGF Auditores Independentes S/S

Fonte: própria, 2013

O Vasco da Gama, Vitória e Goiás classificam o direito federativo de atletas como ativo imobilizado e os mesmo não possuem saldos de ativo intangível, o auditor não evidenciou tal situação relevante para as demonstrações financeiras em sua opinião. O Avaí apresentou situação semelhante com omissão de itens do ativo intangível, no entanto o tipo de opinião do auditor foi apresentado sem ressalva.

O Atlético Goianiense não divulgou suas notas explicativas, que são requisitos necessários para o usuário da informação e o clube não apresenta saldo de ativo intangível. O direito federativo dos atletas são classificados como Investimentos e não são apresentados os critérios de amortização utilizados. O auditor por sua vez emitiu opinião sem ressalva.

O Atlético Paranaense e o Goiás evidenciaram os gastos com atletas em formação diretamente no resultado. Essa situação contraria o que versa a norma, na qual trata esses gastos em contas específicas do ativo (Atletas em Formação). O auditor citou a norma específica, no entanto apesar de sua opinião ser com ressalva não foi citado em seu relatório a omissão de informações acerca do ativo intangível como métodos de amortização, rubrica na demonstração e adições, baixas e transferências.

O clube Coritiba reconheceu os gastos indiretos na formação de atletas em conta do ativo sendo que a apropriação adequada deveria estar apresentado no resultado do período. O relatório do auditor foi emitido com ressalva sem mencionar a situação apresentada.

O Guarani ao tratar sobre as principais práticas contábeis relatou que o clube classifica os direitos federativos de atletas profissionais como ativo imobilizado, no entanto a nota explicativa não demonstrou o montante correspondente aos direitos federativos dos atletas. O relatório do auditor por sua vez foi emitido com ressalva, porém não foi apontado tal situação.

Observa-se que o tipo de opinião mais frequente sobre as demonstrações contábeis dos clubes brasileiros é a opinião com ressalva. Essas conclusões demonstram caminho oposto às evidências encontradas por Moreira e Firmino (2012) que verificaram que a opinião sem ressalva é o tipo de relatório mais frequente nas companhias abertas brasileiras. A Tabela 5 evidencia o tipo de opinião mais frequente nos clubes brasileiros em 2010.

Tabela 5– Frequência do Tipo de Opinião do Auditor em 2010

Empresas de Auditoria no Brasil	Tipo de Parecer					AV%
	Sem Ressalva	Com Ressalva	Abstenção de Opinião	Adverso	Total	
Ernst & Young	1	0	0	0	1	5%
Empresas Não Big Four	7	10	0	1	18	95%
Total	8	10	0	1	19	100%

Fonte: própria, 2013.

O comportamento apresentado pelos clubes de futebol em 2010 é mantido para o exercício de 2011, não sendo possível observar situações diferentes e de melhoria no nível de evidenciação do ativo intangível das demonstrações contábeis. Esse cenário sugere que os clubes de futebol do Brasil apresentam suas informações de maneira burocrática e pouco elucidativas.

Na Tabela 6 são apresentados os níveis de disclosure do ativo intangível das demonstrações contábeis para o exercício de 2011.

Tabela 6 – Nível de *Disclosure* 2011

Clubes Analisados	Total de Itens Divulgados		Total de Itens Não Divulgados	
		%		%
ATLÉTICO Clube GOIANIENSE	0	0%	0	0%
Clube ATLÉTICO MINEIRO	5	31%	11	69%
Clube ATLÉTICO PARANAENSE	2	13%	14	88%
AVAÍ Futebol Clube	2	13%	14	88%
BOTAFOGO de Futebol e Regatas	10	63%	6	38%
Sport Club CORINTHIANS Paulista	7	44%	9	56%
CORITIBA Foot Ball Club	7	44%	9	56%
CRUZEIRO Esporte Clube	4	25%	12	75%
FIGUEIRENSE Futebol Clube	7	44%	9	56%
Clube de Regatas do FLAMENGO	3	19%	13	81%
FLUMINENSE Football Club	5	31%	11	69%
GRÊMIO Foot Ball Porto Alegrens	6	38%	11	69%
Sport Club INTERNACIONAL	5	31%	11	69%
Sociedade Esportiva PALMEIRAS	7	44%	8	50%
SANTOS Futebol Clube	7	44%	9	56%
SÃO PAULO Futebol Clube	7	44%	9	56%
Club de Regatas VASCO DA GAMA	0	0%	0	0%

Esporte Clube VITÓRIA	0	0%	0	0%
Total	84		156	

Fonte: própria, 2013.

Verifica-se que os resultados encontrados apresentam a mesma característica do ano de 2010. Na Tabela 7 é evidenciado o montante de recursos aplicados nos clubes de futebol, no qual é possível observar crescimento das receitas e ativos em relação ao exercício anterior, corroborando com as evidências encontradas pela BDO (2012) e Somoggi (2013).

Tabela 7 – Itens monetários dos Clubes Brasileiros 2011 (Valores em R\$ mil)

Clube	Ativo Total	Receita Total	Investimentos	Imobilizado	Intangível
Clube ATLÉTICO MINEIRO	700.279	99.801	434.968	202.122	28.715
Clube ATLÉTICO PARANAENSE	295.497	44.042	10	135.360	7.906
AVAÍ Futebol Clube	37.828	34.607	0	35.262	512
BOTAFOGO de Futebol e Regatas	311.832	58.901	0	43.632	38.819
Sport Club CORINTHIANS Paulista	755.839	230.783	0	193	53.130
CORITIBA Foot Ball Club	224.180	66.468	2.245	149.171	19.387
CRUZEIRO Esporte Clube	253.432	128.692	0	71.393	50.177
FIGUEIRENSE Football Club	65.239	40.662	0	25.609	3.022
Clube de Regatas do FLAMENGO	976.159	184.239	0	448.352	53.092
FLUMINENSE Football Club	361.052	80.174	50	325.643	9.864
GRÊMIO Foot Ball Porto Alegrense	221.043	102.703	1.595	120.101	79.691
Sport Club INTERNACIONAL	707.333	175.660	0	552.913	55.946
Sociedade Esportiva PALMEIRAS	475.886	146.141	0	93.590	37.125
SANTOS Futebol Clube	182.354	189.113	0	51.882	37.400
SÃO PAULO Futebol Clube	489.296	224.631	0	280.143	100.112
Club de Regatas VASCO DA GAMA	238.283	136.591	0	126.310	0
Esporte Clube VITÓRIA	63.297	34.234	2.157	27.604	0
TOTAL	6.358.829	1.977.442	441.025	2.689.280	521.823

Fonte: própria, 2013.

A Tabela 8 demonstra o tipo de opinião e os possíveis efeitos das omissões apresentadas com o baixo nível de disclosure apresentado para o exercício 2011:

Tabela 8 – Opinião, Efeito na Opinião e Empresa de Auditoria - 2011

Clube	Tipo de Parecer Emitido	Houve Situações não Divulgadas com efeito na Opinião do Auditor?	Empresa de Auditoria
Clube ATLÉTICO MINEIRO	Sem Ressalva	Sim	Soltz, Mattoso & Mendes Auditores Independentes
Clube ATLÉTICO PARANAENSE	Com Ressalva	Sim	Mazars Auditores Independentes SS

AVAÍ Futebol Clube	Com Ressalva	Sim	AUDIBANCO - Auditores Independentes SS
BOTAFOGO de Futebol e Regatas	Com Ressalva	Sim	Parker Randall - Auditores Independentes
Sport Club CORINTHIANS Paulista	Sem Ressalva	Sim	Grant Thornton
CORITIBA Foot Ball Club	Com Ressalva	Sim	AXCEL Auditores E Consultores
CRUZEIRO Esporte Clube	Sem Ressalva	Sim	Sem Empresa de Auditoria
FIGUEIRENSE Futebol Clube	Com Ressalva	Sim	Mazars Auditores Independentes SS
Clube de Regatas do FLAMENGO	Com Ressalva	Sim	Loudon Blomquist - Auditores Independentes
FLUMINENSE Football Club	Sem Ressalva	Sim	Parker Randall - Auditores Independentes
GRÊMIO Foot Ball Porto Alegre	Com Ressalva	Sim	Rokembach + Lahm, Villanova, Gais & Cia Auditores
Sport Club INTERNACIONAL	Com Ressalva	Sim	CERUTTI & MACHADO S/S – Auditores Associados
Sociedade Esportiva PALMEIRAS	Com Ressalva	Sim	GF Auditores Independentes S/S
SANTOS Futebol Clube	Sem Ressalva	Sim	Ernest & Young Terco
SÃO PAULO Futebol Clube	Sem Ressalva	Sim	GF Auditores Independentes S/S
Club de Regatas VASCO DA GAMA	Com Ressalva	Sim	PSContax e Associados
Esporte Clube VITÓRIA	Sem Ressalva	Sim	IGF Auditores Independentes S/S

Fonte: própria, 2013

Como pode ser observados na Tabela 8 acima, no exercício de 2011, os clubes apresentaram os mesmos efeitos no relatório dos auditores independentes quando comparado ao exercício de 2010. O cenário é semelhante para o relatório dos auditores independentes que apresentaram opiniões na mesma característica do exercício anterior.

Adicionalmente, é ratificado na Tabela 9 a conclusão de que o tipo de opinião mais frequente nos clubes de futebol do Brasil é a opinião com ressalva e que a maioria dos clubes são auditados por empresas de auditoria não big four. A exceção apresentada é para o Santos Futebol Clube que foi auditado pela Ernst Young em 2010 e 2011.

Tabela 9– Frequência do Tipo de Opinião do Auditor em 2011

Empresas de Auditoria no Brasil	Tipo de Parecer					AV%
	Sem Ressalva	Com Ressalva	Abstenção de Opinião	Adverso	Total	
Ernst & Young	1	0	0	0	1	6%
Empresas Não Big Four	6	10	0	0	16	94%
Total	7	10	0	0	17	100%

Fonte: própria, 2013.

As tabelas acima também demonstram que não existe relação direta dos clubes que apresentam maior ativo com melhor divulgação do intangível, situação preocupante quando considera-se a pesquisa de Lobo e Zhou (2001) que relaciona os baixos níveis de disclosure com maior índice de possibilidade no gerenciamento de resultado. Outrossim, os resultados dos auditores demonstram não realizar sua contribuição como agente redutor da assimetria informacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de uma auditoria de qualidade assegura aos usuários da informação contábil redução da assimetria nas informações divulgadas e reduz o risco para os tomadores de decisão. A pesquisa buscou analisar se o relatório dos auditores independentes apresenta qualidade na opinião emitida tendo como base o nível de disclosure do ativo intangível nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiro.

É importante verificar que as demonstrações contábeis devem contemplar situações que sejam necessárias para sua compreensão. As normas vigentes trazem aspectos que devem ser evidenciados pelas notas explicativas para que o usuário da informação possa tomar decisões de maneira tempestiva e sem distorções.

A análise do relatório dos auditores independentes sobre o critério técnico de julgamento sobre a divulgação de itens obrigatórios para os ativos intangíveis é um passo para analisar o posicionamento do auditor sobre as demonstrações contábeis. É observado que estudos sobre qualidade de auditoria são escassos, principalmente quando aplicáveis aos relatórios econômico-financeiros dos clubes de futebol. Nessa pesquisa verificou-se um baixo nível de disclosure acerca do ativo intangível, onde se observa que todos os clubes analisados não chegam a divulgar nem metade dos itens aplicáveis e obrigatórios para esse grupo de ativos.

Os resultados demonstram que o objetivo da pesquisa foi atingido e caracteriza a falta de qualidade na opinião emitida pelo auditor independente sobre as demonstrações contábeis dos clubes de futebol do Brasil tendo como critério técnico de julgamento a obrigatoriedade de divulgação do ativo intangível. A omissão de determinados fatores nas demonstrações contábeis propiciam riscos aos números apresentados nas demonstrações e possíveis políticas de gerenciamento de resultado, onde a falta de informações completas é capaz de reduzir o poder de crítica dos usuários e podem favorecer possíveis interessados.

A pesquisa limitou-se a analisar as demonstrações contábeis, relatório dos auditores independentes e os itens obrigatórios de divulgação conforme legislação vigente. O acesso a outras informações como os papéis de trabalho dos auditores e outras documentações poderia complementar e corroborar com as situações encontradas.

Por fim, verifica-se que o estudo sobre qualidade de auditoria nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol é praticamente inexistente, portanto essa pesquisa vem a contribuir com a literatura contábil, buscando incentivar o desenvolvimento de novas pesquisas com critérios diferentes e/ou similares de qualidade da auditoria independente, importante instrumento de contribuição na melhoria das informações apresentadas aos usuários contábeis, bem como desperta os profissionais envolvidos para discussão acerca do tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. E. F.; ALMEIDA, J. C. G. Auditoria e earnings management: um estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. **Revista Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 62-74, maio/agosto 2009.

AZEVEDO, F.; COSTA, F. M. **Efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras**. II Congresso ANPCONT, Salvador, Junho 2008.

BASTOS, Paulo Sérgio Siqueira; PEREIRA, Roberto Miguel; TOSTES, Fernando Pereira. A Evidenciação contábil do ativo intangível – atletas – dos clubes de futebol. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2006.

BDO. **Valor das Marcas dos 17 Clubes mais Valiosos do Brasil**. 2012. Disponível em: < <http://www.bdobrazil.com.br/PDFs/Noticias/Valor%20das%20Marcas%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20de%202012.pdf>>. Acesso em: 25 de julho de 2013.

BEUREN, Ilse M. Metodologia da Pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In.: RAUPP, Fabiano M.; BEUREN, Ilse M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. São Paulo, Atlas: 2006. p. 76-96.

BRASIL. **Lei 9.615**. Brasília, 24 de Março de 1998. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm>. Acesso em: 08 de janeiro de 2013.

CARDOSO, Vanessa Ingrid da Costa; MAIA, Anna Beatriz Grangeiro Ribeiro; PONTE, Vera Maria Rodrigues. Práticas de Disclosure do Ativo Intangível em Clubes de Futebol. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012, São Paulo. **Anais Eletrônicos**. São Paulo: USP, 2012. Disponível em < <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos122012/379.pdf> >. Acesso em 15 de Fevereiro de 2013.

CARLIN, Tyrone M.; FINCH, Nigel; LAILLI, Nur Hidayah. Investigating audit quality among Big 4 Malaysian firms. **Asian Review of Accounting**. v. 17, n. 2, p. 96-114, 2009

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC 1.303**. Brasília, 25 de Novembro de 2010. Aprova a NBC TG 04 – Ativo Intangível. Disponível em: < http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1303.doc >. Acesso em: 10 de Janeiro de 2013.

CUNHA, Ricardo Gil Dias Lopes da. **Divulgação de informações direitos de inscrição desportiva sobre jogadores: Estudo da IAS 38 em clubes de futebol europeus**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Instituto Universitário de Lisboa.

CUSTÓDIO, Ricardo; REZENDE, Amaury José. A evidenciação dos direitos federativos nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009.

DAMASCENA, Luzivalda Guedes.; FIRMINO, José Emerson; PAULO, Edilson. Estudo sobre os Pareceres de Auditoria: Análise dos Parágrafos de Ênfase e Ressalvas Constantes nas Demonstrações Contábeis das Companhias Listadas na Bovespa. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 22. n. 2. p. 125-154. abr./jun. 2011. Disponível em: < <http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/viewFile/939/pdf106>> . Acesso em: 11 de Julho de 2013.

DANTAS, J. A. **Auditoria em Instituições Financeiras: Determinantes de Qualidade no Mercado Brasileiro**. 2012. 9f. Tese (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UNB, UFPB, UFRN.

DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G.; HUTTON, A. P. Causes and Consequences of Earnings Manipulation: An Analysis of Firms Subject to Enforcement Actions by the SEC. **Contemporary Accounting Research** (Spring), 1–36.

FIRMINO, José Emerson; DAMASCENA, Luzivalda Guedes; PAULO, Edilson. Qualidade da auditoria no Brasil: Um estudo sobre a atuação das auditorias independentes denominadas Big Four. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 5, n. Especial, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F.V. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOGAN, C. E. Costs and benefits of audit quality in the IPO market: a self-selection analysis. **The Accounting Review**. v. 72, n. 1, p. 67-86, 1997.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. Manual de contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 2010.

KALLAPUR, S.; SANKARAGURUSWAMY, S.; ZANG, Y. **Audit market concentration and audit quality**. SSRN Working Papers, January 2010. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1546356>. Acesso em: 23 Fev, 2013

KLEIN, A. (2002). Audit Committee, Board of Director Characteristics, and Earnings Management. **Journal of Accounting and Economics**, (August), 375–400.

KRISHNAN, G. V. Audit quality and the pricing of discretionary accruals. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 22, March, 2003.

LEITE, Duílio Ulhôa; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Disclosure de Ativo Intangível: Um Estudo dos Clubes de Futebol Brasileiros. In: III CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ADCONT, 3., 2012, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em < <http://www.facc.ufrj.br/ocs/index.php/adcont/adcont2012/paper/view/525>> . Acesso em 24 de Janeiro de 2013.

LOBO, Gerald J.; ZHOU, Jian. Disclosure Quality and Earnings Management. Social Resarch Network. Disponível em: <www.ssrn.com>. Maio, 2001. Acesso em 31 de julho de 2013.

MANITA, R. **The Quality of Audit Process: Proposal of Scaling Measure**. III Congresso IAAER-ANPCONT, São Paulo, 10 a 12 de Junho de 2009.

MARTINEZ, A. L.; REIS, G. M. R. Rodízio de auditores e o gerenciamento de resultados. 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo/SP: 2010.

MOREIRA, Felipe da Silva; FIRMINO, José Emerson. **O Efeito da Adoção às Normas Internacionais de Contabilidade nos Relatórios dos Auditores Independentes: Um Estudo nas Companhias Listadas na BMF&BM&F BOVESPA**. 2012. Disponível em: <http://www.facc.ufrj.br/ocs/index.php/adcont/adcont2012/paper/view/738/172>>. Acesso em: 15 de junho de 2013.

PALMROSE, Z. V. An analysis of auditor litigation and audit service quality. **The Accounting Review**, v. 64, n. 1, p. 55-73, 1988.

PERRY, L. The SEC's Enforcement Activities. **The CPA Journal**, Vol. 54, No. 4, pp. 9-13, 1984.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, J. A. F.; CARVALHO, F. A. A. Evidenciação e desempenho em organizações desportivas: um estudo empírico sobre clubes de futebol. *Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP*, v. 3, n. 6, p. 96–116, maio/ago. 2009.

SOMOGGI, A. **Evolução das Finanças dos Clubes Brasileiros – 2012-2013**. Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.ibdd.com.br/wp-content/uploads/2013/04/Amir-Somoggi.-Janeiro-2013.pdf>>. Acesso em: 25 de julho de 2013.